

CASTELLO

LIRA NETO

Castello

A marcha para a ditadura



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2004 by Lira Neto

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Alceu Chiesorin Nunes

Foto de capa

Domício Pinheiro / Estadão Conteúdo

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen T. S. Costa

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lira Neto

Castello : A marcha para a ditadura / Lira Neto. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-359-3273-7

1. Brasil – Política e governo – 1964-1967 2. Brasil – Presidentes – Biografia 3. Castello Branco, Humberto de Alencar, 1900-1967 4. Generais – Brasil – Biografia 1 Título.

19-28605

CDD-923.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Presidentes : Biografia 923.1

Maria Paula C. Riyuzu – Bibliotecária – CRB-8/7639

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORAS SCHWARZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para Adriana,
Emilia e
Alice;*

*para Icaro
e
Nara.*

Sumário

<i>Prefácio: A marca do biógrafo — Heloisa Murgel Starling</i>	13
<i>Nota a esta edição.....</i>	21
<i>Prólogo: O 1º de abril</i>	23
“AS MARGENS PLÁCIDAS”	
INFÂNCIA E JUVENTUDE — 1897-1922	
Pólvora nas veias	37
Cabeça de papel	50
As cartas de amor e as cartas do ódio	62
“UM POVO HEROICO”	
A REBELDIA NOS QUARTÉIS — 1922-38	
Um tenente contra os tenentistas	75
Batismo de fogo	87
Um certo Coronel Y.....	100
“FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA”	
O BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL — 1939-45	
A cobra vai fumar.....	117

O Anjo da Morte131
Foi só pena que voou144
 “O SOL DA LIBERDADE”	
O FRÁGIL INTERLÚDIO DEMOCRÁTICO — 1945-63	
Um tiro no pé, outro no coração.....	.161
A Espada de Ouro.....	.180
Inferno verde.....	.196
Recife, quarenta graus205
 “A TERRA DESCE”	
O GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA — 1963-64	
Toque de reunir225
Sexta-feira, 13239
Na boca do lobo253
“Temos o homem”.....	.266
 “A CLAVA FORTE”	
OS MILITARES NO PODER — 1964-65	
O parafuso e a rosca283
O crime perfeito298
A Medusa decepada311
 “ÉS TU, BRASIL”	
À SOMBRA DA LINHA DURA — 1965	
Nos tempos do Febeapá331
“Eles não voltarão”.....	.344
O casaco do general359
 “ENTRE OUTROS MIL”	
A BATALHA DA SUCESSÃO — 1966-67	
Inimigos íntimos.....	.375
“Pau neles, tio!”387
Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come400

“À LUZ DO CÉU PROFUNDO”

A MORTE VEIO DO AR — 1967

Fazenda Não-Me-Deixes417

Epílogo: Filhos deste solo.427

Agradecimentos..... .429

Referências bibliográficas431

Créditos das imagens437

Índice remissivo439

São teus inimigos todos aqueles que se sentem ofendidos pelo fato de ocupares o principado; e também não podes conservar como amigos aqueles que te puseram ali, pois estes não podem ser satisfeitos como pensavam.

Nicolau Maquiavel, *O príncipe*, capítulo III

Prefácio

A marca do biógrafo

Heloisa Murgel Starling

Não é preciso exagerar na fantasia para imaginar o êxtase do biógrafo. Os nove volumes caprichosamente encadernados que Lira Neto recebeu pelo correio, em Fortaleza, continham a transcrição datilografada de cerca de trezentas entrevistas realizadas no início da década de 1970 com personagens que circularam em torno dos acontecimentos históricos e da trajetória de vida do marechal Humberto de Alencar Castello Branco. O remetente, o historiador norte-americano John Walter Foster Dulles, gravou os depoimentos para redigir sua própria biografia de Castello. Mas ele pretendia escrever um livro autorizado, o que teve consequências de duas ordens. Por um lado, isso facilitou sua vida, pois lhe garantiu o aval da família do biografado para que acessasse documentos pessoais, bem como a boa vontade no agendamento de entrevistas. Por outro, contudo, exigiu que Dulles submetesse o resultado final do trabalho aos filhos do marechal, e Paulo Castello Branco vetou muita coisa. Boa parte das entrevistas continuava assim inédita quando Dulles soube que havia alguém, no Brasil, disposto a encarar uma nova biografia de Castello. Ele não teve a menor dúvida: empacotou tudo e enviou a Lira Neto.

Entrevistas permitem esquadrinhar a intimidade do biografado, mas são feitas de lembranças, e seu uso na construção de biografias revela uma contradição aparentemente insolúvel. Por certo não há maneira de concentrar a história em

uma vida única, uma *bios*, sem reunir um bom lote de lembranças — e o material enviado por Dulles era valioso, em especial os depoimentos concedidos por Juscelino Kubitschek e João Goulart, ex-presidentes da República atingidos pessoalmente pelos Atos Institucionais do governo Castello Branco, e que Lira Neto já não conseguiria mais entrevistar. Todo relato de memória, porém, deve ser confrontado. As lembranças não contêm nenhuma verdade em si mesmas, nem sempre trazem a comprovação de sua veracidade. São uma espécie de passado possível, e fornecem ao pesquisador uma infinidade de pistas; as provas, porém, precisam vir de fora.

Lira Neto sabia bem que precisava escorar os andaimes de um projeto biográfico em material documental de outra natureza, e cravou a base de seu livro no exame meticuloso de cerca de 3 mil documentos que formam o arquivo pessoal de Castello Branco. Reviu cartas, correspondência oficial, memorandos secretos, bilhetes, diários, pareceres, além de uma cadernetinha prosaica de capa azul em que a esposa de Castello, Argentina, registrava as anotações mais íntimas. E precisou contornar um obstáculo inesperado. O arquivo de Castello Branco está sob a guarda da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro, e os militares, desconfiados, proibiram o acesso de pesquisadores civis a parte do acervo — algumas prateleiras abarrotadas de pastas. Até então, o sistema de admissão restrita vinha funcionando sem muita reclamação. Só não suspeitavam com quem estavam tratando daquela vez. No final de cada tarde, Lira Neto encerrava o trabalho do dia, espiava a paisagem da Praia Vermelha enquadrada nos janelões do prédio da ECEME, saía da biblioteca e batia na porta do comandante da Escola: ia argumentar com os militares — eles provavelmente cederam por exaustão.

Era só o começo. Depois de conseguir liberar o arquivo de Castello em sua integralidade, Lira Neto foi em frente. Confrontou as informações dos registros particulares com a bibliografia disponível, checou os relatos, mirou as notícias e análises dos fatos em jornais de época, garimpou charges, panfletos, inquéritos policiais, fotografias. E convenhamos: para quem conseguiu dobrar os oficiais da ECEME na base da conversa, não deve ter sido difícil abrir o baú de documentos da família de Argentina, em Belo Horizonte. Para arrematar a pesquisa, realizou uma última rodada de entrevistas.

Castello: A marcha para a ditadura não foi a estreia de Lira Neto no gênero biografia. No final da década de 1990, as escavações feitas para executar obras de sa-

neamento em Fortaleza revelaram centenas de esqueletos enterrados em valas comuns. Todo mundo, ou quase, ignorava a origem daquele cemitério clandestino e, quando a história veio à tona, o espanto foi geral. Os esqueletos eram das vítimas de uma epidemia de varíola que matou um quinto dos moradores da cidade cerca de cem anos antes, e ninguém se lembrava mais do episódio. Impressionado com o poder do esquecimento, Lira Neto decidiu escrever a biografia do sanitarista que enfrentou praticamente sozinho a epidemia, e o resultado da pesquisa, intitulado *O poder e a peste: A vida de Rodolfo Teófilo*, virou livro em 1999.

Foi a primeira vez que Lira Neto enfrentou os silêncios da documentação, um problema que tira o sono de qualquer biógrafo. Ele se saiu bem do apuro: recorreu ao que os historiadores chamam de “a imaginação do possível”. O uso desse expediente permite ao biógrafo contornar a ausência de documentos com uma abordagem indireta: utilizar as fontes de época para acessar algo do mundo que seu personagem deve ter visto e tentar compreender a trajetória do biografado no tempo que lhe foi dado viver, bem como as intervenções que protagonizou no mundo público com os meios de que dispunha. Transitar entre realidade e possibilidade é uma alternativa quando se trata de enfrentar as lacunas do documento, a exemplo do que a historiadora canadense Natalie Zemon Davis fez em *O retorno de Martin Guerre*, um dos livros que trouxe de volta os estudos biográficos para o campo da historiografia contemporânea.

No caso de *O poder e a peste: A vida de Rodolfo Teófilo*, porém, não teve jeito. Lira Neto embrirrou com o resultado. Cismou que aquilo era biografia romaneada, torceu o nariz para o expediente que os historiadores usam e nunca mais aceitou se submeter às incertezas da documentação. A partir de então, ninguém, nem mesmo ele, suspeita até onde vai sua busca meticulosa nas profundezas dos arquivos. A sequência de biografias aberta com a publicação, em 2004, da primeira edição de *Castello: A marcha para a ditadura* traz esse selo. Atrás de cada livro da série está uma das marcas de Lira Neto: o pesquisador rigoroso capaz de tirar o máximo proveito da fonte escassa, fazer uso de uma bateria de recursos documentais, executar o levantamento exaustivo dos fatos e só utilizar informações depois de obsessivamente checadas.

Pode não dar certo. Um biógrafo é capaz de produzir pesquisa de fôlego, e o resultado ainda assim chegar ao leitor embrulhado em um relato tedioso ou fútil, encadeado numa cronologia bem-ordenada e pouco problematizado sobre uma personalidade que surge anacrônica e limitada. Acima do nível dos celebra-

dos arquivos entulhados de documentos, é preciso erguer uma poderosa base narrativa — a outra marca de Lira Neto, que leva o leitor ao próximo parágrafo eletrizado e hipnotizado pelo ritmo das palavras. Mas Lira Neto também sabe que a narrativa é bem mais do que um jeito de reconstruir os eventos do passado e explicá-los aos leitores do presente sem incorrer em anacronismo e tornando a leitura agradável.

Narrar é uma das maneiras mais difíceis de fazer História — é a tentativa de capturar a velocidade dos anos com a ferramenta da linguagem. O gênero funciona como uma espécie de dobradura no tempo, e retém do passado algo de perturbador: a repetição do que propriamente falando nunca aconteceu, o retorno das possibilidades perdidas. É precisamente esse artifício perturbador a evocar a presença dos mortos que faz da narrativa também uma reflexão sobre o que nos separa do passado. Ela flexiona e atrai quase magicamente duas pontas extremas: a trajetória pessoal de um indivíduo e o sentimento do tempo vivido pelos homens. Foi isso que Lira Neto fez em *Castello: A marcha para a ditadura*, e tratou de repetir nas demais biografias que escreveu: moldou na narrativa o caminho que começa entre o presente em que se rememora e o passado que se recupera. Não é um caminho fácil, decerto; contudo, ainda é a melhor maneira de um autor equilibrar as descobertas da pesquisa com a compreensão do tempo — a força que nenhum biógrafo consegue controlar e que sustenta uma trajetória de vida.

É, para dizer o mínimo, um bom palpite, mas na sequência de biografias que Lira Neto iniciou com a publicação de *Castello* existe um ponto inteligível, uma espécie de denominador comum entre os biografados. São trajetórias estranhas umas às outras, carregam consigo o peso de um destino individual e vivem temporalidades diferentes. Todos esses personagens, porém, atuam num cenário em que se disputa o poder, e passam boa parte da vida batalhando deliberadamente os meios e as ferramentas para saírem vencedores nessa disputa.

Isso é fácil de perceber em *Castello*. O sentido da disputa pelo poder está visível no viés intervencionista das Forças Armadas que faz subir a temperatura política do país em seu momento extremo — o golpe militar de 1964. Na publicação seguinte, *O inimigo do rei: Uma biografia de José de Alencar* (2006), o embate foi deslocado para o ambiente do Segundo Reinado: o livro retrata um José de Alencar polemista e cheio de ideias conservadoras, disposto, ao mesmo tempo, a inventar uma literatura nacional e a combater sem trégua o imperador Pedro II. Já em *Maysa: Só numa multidão de amores* (2007), as cores estão embaralhadas: a im-

prensa usa o poder como linguagem, revela a celebridade, sustenta o escândalo; a cantora manipula a notícia, exacerba o espetáculo e se retroalimenta desse processo. Em 2009, Lira Neto decidiu finalmente escancarar o assunto na capa do livro *Padre Cícero: Poder, fé e guerra no sertão*, mas só tomou coragem para problematizar a gramática do poder a partir de 2012, na trilogia *Getúlio*, quando enfrentou a trajetória do líder político mais importante na história do Brasil republicano.

As biografias se concentram em uma vida única. Essa vida, contudo, está dobrada dentro de uma história maior. O biógrafo anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência daqueles que viveram os fatos, reconhecer nessa experiência seu caráter quebradiço e inconcluso e interpelar sua significação histórica geral. A vitalidade biográfica de *Castello: A marcha para a ditadura* é resultado dessa dobra temporal que só a narrativa consegue realizar. Na verdade, é o pulo do gato de Lira Neto: ele executa a dobra com tamanha perícia que o leitor sequer percebe o engate que articula o tempo da história e a trajetória de uma vida. Com um detalhe: no caso da biografia de Castello Branco, um entre os dois protagonistas mais citados e menos conhecidos no processo de construção da ditadura militar brasileira — o outro é o general Golbery do Couto e Silva —, o leitor vai perceber depressa que os episódios de um destino pessoal são também a via de acesso a um longo período de confrontos entre as Forças Armadas e o governo.

Em *Castello: A marcha para a ditadura* chama a atenção do leitor a estabilidade de certas formas de violência política que atravessam a história do Brasil sem envelhecer. A biografia se inicia para valer nos anos 1920, quando as rebeliões tenentistas passaram a percorrer o país de ponta a ponta e o tenente Castello Branco irá fracassar na missão de interceptar, em 1925, a marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes entre Mato Grosso e Goiás — os rebeldes sumiam feito fantasmas no meio do mato. Na conjuntura seguinte, entre os anos 1930 e 1945, o país viu expandir os extremismos ideológicos, assistiu a golpes e tentativas de golpes de Estado e lidou com uma proliferação de complôs. O protagonismo político nas Forças Armadas se deslocou da Marinha para o Exército, surgiram militares dispostos a puxar a direção do Estado à esquerda e à direita do espectro político, e havia um punhado deles que, em contraste, ora se colou de um lado, ora de outro.

O Exército emergiu, na cena política, em 1945, disposto a ser visto como a encarnação das aspirações nacionais. Suas lideranças consideravam estar acima

dos interesses regionais ou partidários, e a geração de oficiais da qual Castello Branco fez parte transformou a instituição militar em algo qualitativamente diferente e, politicamente falando, bem mais perigoso: uma força de viés interventionista, preparada para atuar na cena pública com legitimidade própria. Disputavam nada menos que a direção do país. Essa geração tentou três golpes de Estado — em 1945, 1954 e 1961 — e promoveu duas sublevações armadas — em 1956 e 1959. Em março de 1964, conseguiram montar uma armadilha, na qual caiu João Goulart: os generais assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e Castello Branco alcançou a presidência da República.

Ninguém passa a vida tomando decisões sem incertezas ou vestido com uma personalidade inabalável, coerente e estável. Em uma biografia, a pesquisa precisa fornecer informações suficientes para o biógrafo se esquivar do julgamento e o biografado fugir do maniqueísmo, escapar do exagero e do estereótipo. Numa tacada corajosa, sobretudo no caso de uma figura polêmica como Castello Branco, até hoje rodeado de apologistas e detratores, o resultado é um personagem de corpo inteiro — e muito ambíguo. Lira Neto acertou no alvo com o título que escolheu para seu livro: a maior de todas as ambiguidades de Castello diz respeito aos rumos da ditadura. A despeito do que o biógrafo encontrou em sua correspondência pessoal — a afirmativa reiterada do marechal de que iria convocar eleições, devolver o poder aos civis e recolher as Forças Armadas aos quartéis —, a posse de Castello Branco na presidência da República foi o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, sustentada, desde o início, por um formato abertamente ditatorial — vale dizer, por um governo que não é limitado constitucionalmente. Seu governo não tinha nada de moderado, serviu para institucionalizar as soluções discricionárias que limitaram de modo drástico as competências dos demais poderes e lançou as bases do sistema de repressão que garantiram longevidade à ditadura.

Ao terminar a leitura, o leitor há de pensar: e hoje? Escrever sobre uma vida implica interrogar o que os episódios de um destino pessoal têm a dizer sobre as coisas públicas e sobre o mundo em que vivemos. São fortes os sinais que indicam o ressurgimento da interferência dos militares na cena pública do país. Contudo, as Forças Armadas não são mais as mesmas de cinquenta anos atrás. Sua composição social foi alterada, o treinamento mudou, os valores se modificaram. *Castello: A marcha para a ditadura* não fornece nenhum instrumento capaz de pre-

ver os acontecimentos políticos do nosso tempo e, convém anotar, nem esse é o objetivo de Lira Neto. Mas o livro oferece perspectiva. Especialmente em situações de crise, quando a democracia parece cada vez mais instável e a sociedade brasileira se manifesta politicamente fraturada pela intolerância e pela desconfiança. Quando a crise se instala, é hora de recorrer ao passado. Para pensarmos sobre o que estamos fazendo. E procurar pelas respostas apropriadas. Até mesmo porque a História é sempre pior — e melhor — do que conseguimos imaginar. É o caso de conferir. O livro que o leitor tem em mãos ajuda a dar forma ao que vemos e ouvimos hoje.

Nota a esta edição

Publicado pela primeira vez em 2004, quando o golpe civil-militar de 1964 completava então quarenta anos, este livro ganha uma reedição, quinze anos depois, revestida de incômoda atualidade. No instante em que a sombra do revisionismo histórico e o negacionismo dos horrores da ditadura tentam se impor como discurso oficial, lastreado em uma crescente política de apagamento do passado e de institucionalização da intolerância e do ódio, cabe-nos revisitar o pano de fundo que conduziu o país ao regime autoritário inaugurado pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Afinal, uma narrativa biográfica não tem o objetivo de reconstituir a trajetória de um indivíduo por si mesma. Uma biografia sempre tentará descortinar não só os aspectos e as intenções que singularizam o biografado, mas também — e principalmente — o contexto histórico em que ele se move e no qual foi enredado. No caso de Castello Branco, parece-me pertinente compreender, entre outras questões, a construção do modo de pensar que se tornou hegemônico na caserna ao longo do século xx. Da mesma forma, desnudar a recorrência de velhos discursos sempre postos em ação sob o pretexto de exorcizar certos fantasmas, os mesmos que voltam a aterrorizar a vida política nacional: a luta contra o suposto “perigo vermelho”, a indignação seletiva contra a corrupção, o apelo a um patriotismo ingênuo, a defesa da família, da moral e dos bons costumes.

Castello: A marcha para a ditadura foi meu primeiro trabalho no gênero biográfico a ser lançado em circuito nacional. Antes dele, eu havia publicado apenas *O poder e a peste: A vida de Rodolfo Teófilo* (Edições Demócrito Rocha, 1998), título que teve circulação praticamente restrita a Fortaleza, cidade onde então atuava como jornalista. De lá para cá, creio ter aperfeiçoado minha própria compreensão do ofício que o historiador e sociólogo francês François Dosse tão bem definiu como “o desafio biográfico”, ou seja, “escrever uma vida”: em vez de contrapor, como inconciliáveis, os territórios da análise e da narrativa, explorar a fusão, os contágios e as tensões existentes nas zonas de fronteira entre a história e o chamado jornalismo literário.

É natural que, após uma década e meia, possa ter havido a tentação de aprimorar a obra e introduzir novas informações a ela, à luz de pesquisas, estudos e leituras mais recentes. Entretanto, pouco ou quase nada foi alterado e acrescido ao texto original. Quando muito, foram identificados e eliminados alguns cacofetos de linguagem, a repetição de certas construções frasais, as inevitáveis gralhas da primeira edição. Fio-me no exemplo de Clifford Geertz, que, ao republicar os ensaios do extraordinário *A interpretação das culturas*, após idêntico intervalo de quinze anos, ajuizou: “De forma geral, tenho a opinião *stare decisis* sobre as coisas publicadas: se necessitam de muita revisão, provavelmente não deveriam ser reimpressas e sim substituídas por algo inteiramente novo”.

Esta edição de *Castello*, portanto, torna possível a volta às livrarias de um texto que, tendo sido lançado em uma modesta tiragem em 2004, com o tempo havia se tornado raridade bibliográfica. Os rumos do país, infelizmente, encarregaram-se de torná-lo, talvez, novamente necessário. Por isso, a decisão de republicá-lo.

Prólogo

O 1º de abril

“Maria das Graças vai mal...”

Era uma hora da manhã e, pela segunda vez desde a meia-noite, o locutor da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, interrompia a programação normal para, com voz grave, transmitir a notícia, tão lacônica quanto enigmática.

Os ouvintes que, insones, sintonizaram ao acaso seus aparelhos na emissora àquela hora, por certo, ficaram intrigados. Afinal de contas, quem era a tal Maria das Graças, ilustre desconhecida que padecia assim, em chuvosa madrugada de fim de verão carioca? Os sindicalistas, já de sobreaviso e ouvido colado ao rádio, haviam entendido bem o recado. Tratava-se da senha para a deflagração de uma greve de ônibus, bondes, barcas e trens na cidade. A ordem cifrada era para amanhecerem aquele 1º de abril, uma quarta-feira que se anunciava agitada, de braços cruzados. O movimento paredista seria uma demonstração de força e uma resposta dos trabalhadores aos empresários, políticos e militares que, nos últimos tempos, conspiravam para derrubar o presidente da República, João Goulart, o Jango.

Alta madrugada, a chuva prosseguia e as luzes do Palácio Laranjeiras, sede do governo federal no Rio de Janeiro, permaneciam acesas. Brasília, fundada quatro anos antes, ainda era uma espécie de inacabado canteiro de obras, que dividia o centro do poder político com a antiga capital da República. No gabinete principal do palácio, por volta da meia-noite, o som estridente do telefone interrom-

pera a tensa reunião do presidente com assessores imediatos. Do outro lado da linha estava o general Amaury Kruel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo. Naquela noite de reuniões intermináveis, Jango e Kruel já haviam se falado ao telefone pelo menos duas outras vezes. A conversa, novamente, foi áspera.

“Presidente, o senhor é capaz de prometer que vai se desligar dos comunistas e decretar medidas concretas a esse respeito?”, indagou Kruel, à queima-roupa.

“General, procure compreender, sou um homem político. Não posso deixar de lado as forças populares que me apoiam”, respondeu Jango, repetindo a mesma argumentação que usara nos dois telefonemas anteriores.

“Então, presidente, lamento. Mas não posso fazer mais nada”, disse Kruel, categórico, desligando o telefone. Havia sido a última tentativa.

Poucos minutos depois, as emissoras de rádio e as redações dos jornais do Rio de Janeiro receberam cópias de dura proclamação assinada pelo general Kruel. “O II Exército, sob o meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade, com o objetivo de salvar a Pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho”, dizia a nota. Em outro trecho, afirmava: “O objetivo será o de romper o cerco do comunismo, que ora compromete e dissolve a autoridade do Governo da República”.

A posição de Kruel, amigo e compadre de Jango, era considerada até então uma incógnita pelos demais comandos militares. A proclamação logo foi comemorada como o lance decisivo para pôr o governo a pique. O cerco contra o presidente começava a se fechar. Desde o dia anterior, 31 de março, tropas do Exército haviam deixado os quartéis de Minas Gerais e marchado em direção ao Rio de Janeiro. Era a Operação Popeye, planejada e executada pelo general Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora. O prosaico nome escolhido para batizar a operação era uma referência de Mourão ao próprio cachimbo, vício e marca registrada que, somados à proeminente careca e à carantonha enfezada, conferiam-lhe certa semelhança com o célebre personagem da história em quadrinhos.

Tido como um homem bronco e intempestivo pelos próprios colegas de farada e de patente, Mourão antecipou-se ao colocar as tropas na rua, fazendo-o muito antes do previsto, o que surpreendeu os próprios líderes da conspiração contra Goulart. Ainda tentaram persuadi-lo a recuar e aguardar momento mais

propício. Mas já era tarde. O golpe havia começado. “Minas vem aí” — foi a frase que correu entre os comandos militares no Rio de Janeiro.

De casa, vestido de pijama e roupão de seda vermelho, Mourão passara a madrugada anterior dando ordens e instruções aos comandados pelo telefone. “Posso dizer com orgulho de originalidade: creio ter sido o único homem do mundo que desencadeou uma revolução de pijama”, registraria Mourão em seu diário, publicado em forma de livro catorze anos depois.

No Palácio Guanabara, sede do executivo estadual, o governador Carlos Lacerda, o mais furibundo dos adversários de Jango, havia se preparado para possível reação dos fuzileiros navais, que permaneciam fiéis ao presidente. Metralhadora em punho, pistola à cintura, Lacerda varara a noite em teatral estado de alerta, distribuindo lenços azuis e brancos — as cores do estado — aos oficiais que se apresentaram para defendê-lo. Em torno do Palácio Guanabara, que tivera a luz cortada por volta das duas e meia da manhã daquela quarta-feira, sacos de areia e tonéis vazios foram colocados para fazer as vezes de barricada. Os caminhões de lixo, solicitados junto ao serviço de limpeza pública, bloqueavam as ruas que circundavam o prédio com suas caçambas cor de cinza e laranja.

Com a ajuda de um gerador, Lacerda mandava mensagens ao país por meio de uma rede de radioamadores. Mais tarde, na única linha telefônica do palácio que por acaso ainda não havia sido cortada, o governador da Guanabara, acuado, mas com a oratória inflamada de sempre, conseguiria falar para uma cadeia de emissoras de rádio de Minas Gerais:

“O Brasil não quer Caim na presidência da República! Caim, que fizeste de teus irmãos? De teus irmãos que iam ser mortos por teus cúmplices comunistas, de teus irmãos que eram roubados enquanto tu te transformaste no maior latifundiário e ladrão do Brasil? Abaixo João Goulart!”

Às três da manhã, Jango ligou para o QG do IV Exército, sediado no Recife, centro de operações das guarnições de todo o Nordeste. A ligação interurbana era ruim, os chiados dificultavam a conversa, que seguiu entrecortada. Naquele 1º de abril, considerado o “Dia Internacional da Mentira”, o presidente blefava para sondar o espírito do general Justino Alves Bastos:

“General, quero lhe informar que já dominei a situação no centro e no sul do país. E o IV Exército, como está?”

“O IV Exército está bem, presidente...”, desconversou Justino, reticente.

“Sim, mas ‘bem’ em qual situação?”, insistiu Jango, preocupado.